

O HISTÓRICO DE CASO E A INSUFICIÊNCIA DA TRAMA

Carlos J. Escars

Psicanalista, doutor
em Psicologia
(UNLP), professor
da Faculdade de
Psicologia da
Universidade de
Buenos Aires e da
Faculdade de
Humanidades da
Universidade
de La Plata.

Tradução de
Paloma Vidal

RESUMO: A partir da pergunta sobre a relação entre a transmissão da psicanálise e a estrutura dos históricos de casos, destacam-se duas posições em torno de sua natureza: uma que pretende que eles visem a transmissão transparente dos fatos sucedidos na análise e outra que resgata sua dimensão narrativa enquanto relato, cuja trama brindaria coerência. O trabalho postula que para a psicanálise a trama é sempre falha e assinala os modos freudianos de tornar isso evidente: a ênfase no fragmentário e um modo particular de enunciação. Conclui-se perguntando quais seriam as estratégias à disposição de cada analista para incluir na narração dos casos o que é irredutível a ela.

Palavras-chave: Histórico, transmissão, trama, relato, narração.

ABSTRACT: The case history and the insufficiency of the plot. Starting from the question on the relation between the transmission of psychoanalysis and the structure of case histories two views on the nature of case histories are presented. One maintains that these texts must point to the transparent transmission of the facts that arise during the analysis, and the other emphasizes its narrative dimension as a Report, with a plot which would provide coherence. This paper propounds that for psychoanalysis the plot is always inaccurate, and refers to the Freudian ways of making it evident: the emphasis on the fragmentary and a peculiar way of enunciation. The paper ends with a question about the strategies which every analyst must pursue to include in the narrative of cases what is irreducible to it.

Keywords: Case history, transmission, plot, story, narrative.

Todo texto psicanalítico, por mais teórico que seja, é em alguma medida uma resposta à pergunta sobre como se transmite a psicanálise, sobre como comunicar algo do que ocorre na experiência particular que conhecemos por este nome. Mas aqueles textos que Freud batizou como “históricos de casos”

(*Krankengeschichten*) têm um lugar privilegiado sob essa perspectiva, já que visam a transmissão dessa experiência singular, caso a caso, sem submeter-se a priori à exigência de generalização ou de universalização que a transmissão de um determinado saber requer.

Ainda que a publicação de históricos de casos não tenha sido uma tarefa exclusiva de Freud, aqueles produzidos pelo criador da psicanálise merecem um lugar especial enquanto gesto inicial, já que no momento de relatar um caso Freud está inventando o formato em que esse relato se manifestará. Isso significa que não só está transmitindo pela primeira vez o que ocorre numa análise, mas também está criando o lugar em que essa transmissão pode se situar. Não obstante, como dizíamos, inumeráveis psicanalistas, criadores teóricos ou não, produziram seus próprios históricos de casos, foram levados a expor, a relatar, a transmitir seus próprios casos. É fácil constatar que esses relatos não são de modo algum homogêneos, tendo tomado formas muito diversas: diferem notavelmente na estrutura, na extensão, na intenção, no estilo e até no lugar que o autor do texto assume no relato.

Pois bem, o que é um histórico de caso? Como concebê-lo? Quais são suas características? É evidente que a resposta a essas perguntas está em estreita relação com aquela que for dada à pergunta sobre o que é uma análise para quem as pretenda responder. Em outras palavras, a maneira de conceber um histórico de caso dependerá do modo de conceber a própria experiência analítica que é relatada nele.

A PRETENSÃO DE TRANSPARÊNCIA

Uma resposta inicial e imediata à primeira pergunta seria afirmar que um histórico de caso é um texto em que se descreve o mais detalhadamente possível o que ocorre numa análise, de modo a oferecer a um “leitor imparcial” elementos suficientes para que ele possa formar uma idéia a respeito dessa análise.

Encontramos numerosos exemplos dessa concepção, como o extenso *Relato da psicanálise de uma criança* preparado por Melanie Klein nos últimos anos de sua vida. Ali, a autora produz uma minuciosa descrição da breve análise de um menino de dez anos, que consistiu em 93 sessões realizadas durante quatro meses. A intenção declarada é relatar o mais completamente possível o ocorrido nelas, apesar das limitações encontradas por Klein para levar a cabo essa tarefa, como por exemplo a dificuldade de tomar notas durante as sessões. Esse registro não só perturbaria o paciente, afirma a autora no “Prefácio”, como distrairia o analista de sua atenção na seqüência da própria análise. Outra possibilidade de conseguir uma transcrição literal, a de introduzir um gravador, abertamente ou não, ou também descartada já que se oporia por completo, continua Klein, a um dos fundamentos da psicanálise: a exclusão de toda audiência durante as sessões analíticas. São taxativas as ra-

zões que a autora dá para esse fundamento: “o analista, ao falar à audiência representada pela máquina, deixaria de interpretar de modo natural e intuitivo como faz quando está sozinho com seu paciente” (KLEIN, 1961/1990, p.16).¹

De qualquer modo, para além dessas advertências, Melanie Klein acredita que esse relato completo é desejável e possível: “...acredito que, dentro das limitações que enumerei, apresento neste livro um relato veraz de minha técnica e do material clínico” (Idem).

Os problemas com os quais se deparam aqueles que sustentam essa concepção do histórico de caso centram-se em como lidar com o que inevitavelmente se perde numa transcrição: uma expressão, uma ênfase, gestos. Além disso, essa mesma vontade de detalhe leva a realizar transcrições tão minuciosas que resultam extensas demais, dando margem apenas à exposição de análises muito curtas, como o caso Richard mencionado antes.

Um psicanalista norte-americano, Donald Spencer, descobre em seu livro *Verdade de narrativa e verdade histórica* (1982), não sem certo assombro, que um histórico de caso não é um registro de fatos, mas implica necessariamente uma interpretação, uma leitura; que existe uma “verdade narrativa” que não é uma mera cópia da “verdade histórica”. O livro provoca certo rebuliço nos meios psicanalíticos norte-americanos, com seus ideais de cientificidade. Mas Spencer, que parece abrir uma janela diferente nessa concepção, acaba situando essa verdade narrativa como algo a evitar. Sua tese central é de que uma transcrição deve ser tão completa que seja auto-suficiente e que tudo se explique por si mesmo, para evitar equívocos. Isto é, uma transcrição não deve ser só textual, deve desdobrar cada elemento, retirando-o da embalagem em que a transcrição o apresenta (*unpacking of transcripts*) de modo a não requerer uma capacitação especial para ser compreendida (*privileged analytic competence*), mas só uma competência comum (*normative competence*); uma transcrição deve requerer, em última instância, uma interpretação mínima ou nula. Por exemplo, afirma Spence, seria necessário incluir para cada intervenção do analista o contexto em que foi produzida, as idéias que o analista teve a respeito dela naquele momento e qualquer outro dado considerado necessário. “É possível que o registro do caso se torne auto-suficiente, que ele se explique sozinho e que, a partir daí, seja acessível a qualquer leitor munido apenas de uma capacidade-padrão? Se for assim, estaremos no começo de uma disciplina compartilhada; caso contrário, estaremos condenados a um subjazer perpétuo de ‘textos’ privados e a intelecções individuais” (SPENCE, 1982, p. 243). Ou seja, o perigo é que aquilo que não ficar

¹ Sublinhamos esta razão porque parece pertinente aplicá-la à própria escrita dos históricos de casos, na qual fica violada essa “intimidade” fundamental da análise. Quando o analista escreve, está falando também “à audiência” que supõe esse modo de gravação que é um escrito. Quais são os efeitos da “intromissão” desse Outro para o qual se relata?

explicado no texto, aquilo em que o texto não for auto-suficiente, seja acrescentado pelo leitor, que deixaria assim de ser “imparcial e objetivo”, único modo de garantir a possibilidade de universalização do transmitido. Em última análise, Spence torna manifesto o que está na base dessa concepção do histórico de caso: a aposta na acumulação de dados “evidentes por si sós”.

Essa posição busca, então, um modo de comunicação sem equívocos, uma transmissão transparente, cujo modelo é a comunicação científica. Lembremos nesse sentido uma citação de Lacan: “Na ciência, ao contrário da magia e da religião, o saber se comunica [...] através de um modo de comunicação que sutura o sujeito que esse saber implica” (LACAN, 1964/1966, p. 877).

A ESTRUTURA NARRATIVA

Se não consideramos o histórico de caso como um mero suporte para o registro de “fatos” clínicos, temos que levar em consideração a própria estrutura do texto, isto é, o fato de que esse texto tenha uma estrutura narrativa, de que seja um relato, uma narração.

“parece-me singular que os históricos de caso escritos por mim sejam lidos como breves romances e que deles esteja ausente, por assim dizer, o selo de seriedade que vem estampado no que é científico. Por isso devo consolar-me dizendo que é responsável por esse resultado a natureza mesma do assunto, mais do que alguma predileção minha...” (FREUD, 1895/1976-79, p. 174)

A natureza do material, diz Freud, o conduz mais em direção ao romance do que à comunicação científica. Em que sentido?

A relação entre o caso clínico e o romance foi pensada por muitos autores de dentro e de fora da psicanálise. Nas últimas duas décadas, é quase um lugar comum para a crítica literária, especialmente a norte-americana, comparar os casos clínicos com o gênero do romance policial, com o Freud-analista ocupando o lugar do Sherlock Holmes da alma humana, buscando uma explicação coerente que integre as peças do quebra-cabeça.² Mas eles foram comparados também à chamada “biografia de testemunha” (*witness biography*), isto é, àqueles textos nos quais a vida de alguém é narrada por uma testemunha, e não por um terceiro mais

² Num sentido um pouco diferente, o historiador Carlo Ginzburg postula que, pondo lado a lado o método freudiano, o do personagem do romance policial Sherlock Holmes e o do crítico de arte Giovanni Morelli, é possível pensar um novo paradigma a partir do que ele chama de *indícios*, isto é, uma investigação a partir daquilo que oculta tanto quanto mostra, daquilo que anuncia outra coisa, mas não inteiramente (ver GINZBURG, 1979). Ginzburg não enfatiza tanto o encaixe de peças como eixo do romance policial, mas a natureza indiciária de suas “provas”.

ou menos onisciente, como nas biografias tradicionais, nem pelo próprio sujeito, como na autobiografia (cf. COHN, 1992). Também houve quem quisesse ver nos históricos de caso um exemplo da chamada “narrativa do protagonista dividido” (*divided protagonist narrative*) que se caracteriza pela divisão do protagonista em ator e observador: enquanto um executa os acontecimentos da narrativa — neste caso, o paciente —, o outro compreende e articula o sentido dos mesmos — o analista enquanto personagem. As complexas relações que se estabelecem entre esses personagens nos romances do gênero foram tomadas às vezes como guia para pensar o possível lugar do analista na escrita dos históricos de casos (cf. KARTIGANER, 1985).

De fato, os históricos de casos de Freud apresentam problemas narrativos complexos, especialmente em relação à temporalidade, já que encontramos neles pelo menos três tempos narrativos: a ordem histórica dos acontecimentos, a *Krankengeschichte* (história da doença) propriamente dita; a ordem em que as lembranças desses acontecimentos aparecem na análise, ora chamada por Freud de *Behandlungsgeschichte* (história do tratamento),³ ora de *Heilungsgeschichte* (história terapêutica);⁴ e finalmente a ordem de sua exposição escrita, isto é, o informe propriamente dito. Como pensar a partir da psicanálise uma estrutura narrativa que dê conta dessas complexidades?

A EFICÁCIA DA TRAMA

O crítico literário Peter Brooks, num estudo sobre teoria narrativa (BROOKS, 1984/1992), dedica-se a comparar o histórico de caso com o romance moderno, especialmente o do século XIX. Ele afirma que, mesmo sendo os históricos de casos textos “referenciais”, isto é, voltados para acontecimentos que ocorreram, podem ser pensados como textos de ficção, já que ali Freud utilizaria a narrativa para encontrar certos “padrões de conduta” e sua etiologia correspondente. Isso não nos deveria surpreender, já que mesmo o gênero da biografia é uma construção hipotética e não uma mera enumeração de fatos, sendo, portanto, uma ficção. O Homem dos Lobos, por exemplo, diz Brooks, é uma criação textual, uma figura literária, um personagem dentro de uma narrativa. Começando pelo nome ficcional — *Wölfsmann* — com o qual Freud o batiza.

O histórico de caso, continua Brooks, compartilha a forma narrativa derivada do romance moderno — enquanto centrada numa personalidade individual —, mas aplicada às ciências médicas e sociais, já que relata uma história individual com certo propósito didático, isto é, uma história que de algum modo revela-se exemplar.⁵

³ Por exemplo, em FREUD, 1905/1976-79, p. 7 [1905/1999, p. 163] ou em FREUD 1918/1976-79, p. 14 [1918/1999, p. 36].

⁴ Por exemplo, em FREUD 1909/1976-79, p. 7 [1909/1999, p. 243].

⁵ Cf. um questionamento do valor aristotélico do “caso” psicanalítico enquanto exemplar em CARBAJAL, 1989.

E não só isso: esses históricos de casos, como o do Homem dos Lobos, sugerem uma determinada concepção do homem, à qual Brooks adere. Nessa concepção, o ser humano seria “uma estrutura das ficções que ele conta sobre si mesmo” (Idem, p. 277). O homem como uma ficção que ele conta a si mesmo, como a narração da própria vida. Isso estaria ligado ao que, segundo Brooks, a psicanálise pretenderia de um paciente, ou seja, a certo “critério de saúde” que poderia ser formulado do seguinte modo: a saúde psíquica corresponde a uma narração “coerente” da própria vida.

“A vida humana é, idealmente, um relato conectado e coerente, com todos os seus detalhes em posição esclarecedora, com todos os elementos em sua própria seqüência causal. Inversamente, a doença [seria] padecer de um relato incoerente ou de uma narração inadequada de nós mesmos.” (BROOKS, 1984/1992, p. 282, apud Steven Marcus)

É interessante como essa concepção está vinculada à de Spence, já que também para esse autor o progresso da análise implica interconectar peças de modo que o paciente possa “ver gradualmente sua vida como contínua, coerente e, conseqüentemente, significativa” (SPENCE, 1982, p. 280).

Sob outra perspectiva, James Hillman (1975), analista jungiano, também sustenta que o histórico de caso tem uma estrutura de romance, que é um gênero de ficção. Esse autor parte de uma distinção, introduzida pelos formalistas russos, entre o relato (*story*) e a trama ou argumento (*plot*). O primeiro responde à pergunta sobre “o que acontece depois” numa narração, enquanto a segunda responde à pergunta sobre “por que acontece” o que acontece. Partindo disso, Hillman afirma que o histórico de caso é um relato — já que historiza uma determinada experiência — que supõe uma determinada trama: as teorias nas quais se baseia aquele que escreve. Isso significa que o que responderia à pergunta sobre por que acontece o que acontece no relato do histórico de caso seria a própria teoria do analista. Hillman vai mais longe e afirma que para os jungianos as teorias equivalem a mitos, que são aqueles que, em última instância, dão consistência à experiência.

Pois bem, é interessante comprovar como a concepção do histórico de caso desse autor está intimamente ligada à sua concepção do processo terapêutico, definido em termos de uma historização. Tratar-se-ia de incluir a experiência numa história. Para ilustrar isso, Hillman apela para uma metáfora eloqüente: o processo da digestão. Por que alguém consulta um analista? Porque não consegue digerir alguma coisa. O paciente vem com um relato cuja trama não pode dar conta de certos pontos. O sintoma aparece como algo que não pode ser processado, digerido, integrado à alma, incluído na história. E a qual tarefa o analista jungiano se

propõe diante disso? Oferecer⁶ uma trama melhor. Efetivamente, o analista, segundo a concepção de Hillman, oferece — mediante a criação, mediante sua própria imaginação — um argumento, uma trama mais inteligente, mais imaginativa do que a do sujeito, e é essa trama que por si só cura. Hillman dá um exemplo não menos eloqüente do que sua posição: afirma que Freud não fez outra coisa com Dora, para quem ofereceu seu próprio argumento como modo de melhorar o que ela trazia. “Ela trouxe um relato e conseguiu uma nova trama, uma trama freudiana [que] é a melhor trama, porque cura (HILLMAN, 1975, p.139). Parece muito discutível, nós acrescentaríamos, que Dora tenha se conformado com a trama freudiana. Freud mesmo reconhece, numa nota de rodapé no final do relato, as consequências nefastas desse “erro técnico”.

Seja como for, a conclusão de Hillman é de que tanto a terapia como, para o que nos interessa aqui, o histórico de caso são uma “criação poética” (*Poesis as therapy* [Idem, p. 167]), uma nova trama oferecida de fora — pelo analista ou pela teoria — que dirige e digere a experiência. Trata-se novamente, então, de produzir um relato coerente, um sentido pleno, que costure o que não encaixa.

O NÃO-INTEGRÁVEL

“De uma terceira insuficiência deste informativo, nem a doente nem o autor têm culpa. É evidente que um histórico de caso só, ainda que fosse completo e não deixasse lugar a dúvidas, não poderia dar resposta a *todas* as perguntas que o problema da histeria apresenta. Não pode nos informar sobre *todos* os tipos de contração da doença, nem sobre *todas* as conformações da estrutura interna da neurose, nem sobre *todas* as variedades de relação entre o psíquico e o somático possíveis na histeria.” (FREUD, 1905/1976-79, p.12, grifos nossos)

A insistência do *todo* nessa citação indica que para Freud trata-se de um *não-todo*. Um caso não pode dar conta de tudo, não pode ser exemplar, no sentido de dar conta de um universo. E do que dá conta, então, um caso? De fragmentos. Mas não por insuficiência, como Freud pretende apresentar ali, movido por uma sensação de falta frente à exigência de seus próprios ideais científicos, e sim porque a análise é a análise do fragmentário. Não é por acaso que os títulos dos históricos de casos freudianos aludem a isso (por exemplo, “Fragmento de uma análise de histeria”, “Da história de uma neurose infantil”).⁷ Trata-se de pedaços (*Brocken*), de frag-

⁶ No original, o verbo utilizado é *aportar*, que significa, entre outras coisas, “contribuir com uma parte para algo feito em comum”. Em castelhano seria sinônimo de *brindar* ou *suministrar*. Como não há equivalente em português, optamos pela alternativa *oferecer*. (N.T.)

⁷ Na edição brasileira das *Obras completas* traduziu-se “Aus der Geschichte einer infantilen Neurose” por “História de uma neurose infantil”, eliminando a preposição inicial presente no original em alemão. (N. T.)

mentos (*Stücken, Bruchstücken*). Não há nenhum todo, nenhuma psicossíntese, apenas fragmentos singulares.

Michel De Certeau — historiador francês, muito próximo da psicanálise, que também propõe pensar o histórico de caso como um “romance”, como um texto de ficção — apresenta uma concepção da ficção diferente da dos autores anteriores, pois a compreende como o “não-lugar” onde as operações reais acedem a uma formalização, isto é, como aquilo que torna possível um determinado campo. “A literatura é o discurso teórico dos processos históricos [...] é necessário reconhecê-la como análoga àquilo que as matemáticas, durante muito tempo, foram para as ciências exatas: um discurso ‘lógico’ da história, a ‘ficção’ que a torna possível” (DE CERTEAU, 1995, p. 98).

De Certeau refere-se desse modo ao “romance psicanalítico”, concebido como a ficção que torna possível pensar uma experiência particular, uma vez que introduz uma dimensão temporal, histórica, no “quadro” psiquiátrico do qual provém, isto é, na descrição sintomática própria dos tratados clássicos da época, em que caberiam também as famosas apresentações de Charcot. O romance psicanalítico conta a história em que o psiquiatra descreve um quadro. Efetivamente, o romance inclui o quadro, o “quadro clínico” (*Krankheitsbildung*), a descrição dos sintomas da doença, mas eles aparecem atravessados pela “história do padecimento” (*Krankengeschichte*), de tal modo que se produz uma tensão: o romance não fica subsumido ao quadro. “Na obra de Freud, a estrutura patológica se torna o âmbito onde se produzem os acontecimentos que essa estrutura não integra” (Idem, p. 101). O quadro psicopatológico, o âmbito teórico, a trama científica e racional, à qual Freud tenta submeter o material clínico, vê-se desdobrada no próprio relato. O relato não cabe na trama.⁸

Não se trata, então, como pretende por exemplo Hillman, de suturar a falha na trama, já que esta só pode ser falha. Sob essa perspectiva, devemos concluir que o histórico de caso não é um romance policial, ao menos não no sentido de clássicos como os de Conan Doyle. Na psicanálise, os detalhes não encaixam, as peças não montam um quebra-cabeça. Dir-se-ia que o real do crime não fica perdido na trama criminal do assassino. É nisso, poderíamos acrescentar, que a psicanálise se diferencia da magia.⁹

⁸ “Com o histórico de caso, Freud constrói uma experiência no campo da razão e no lugar onde a razão, sob o rosto da história, é incapaz de contar uma história [...] Constrói retroativamente a condição de possibilidade de um lugar para uma experiência no centro da razão e fora de seu domínio. Quer dizer, com Kant contra Kant” (CARBAJAL, 1996, p. 36/7).

⁹ Uma vez que, diz Lacan, a magia “supõe o significante respondendo como tal ao significante. O significante na natureza é chamado pelo significante do encantamento” (LACAN, 1964/1966, p. 871). Se a magia é a verdade como causa sob seu aspecto de “causa eficiente”, acrescenta Lacan parodiando as causas aristotélicas, a psicanálise apontaria para a dimensão de “causa material”.

A ESTRATÉGIA FREUDIANA

Acreditamos que o histórico de caso freudiano transmite com uma honestidade surpreendente o irreduzível dessa falha. Pensemos em “O Homem dos Lobos”, por exemplo. O capítulo IV, capítulo central, é um exemplo disso. No meio de um relato que se pretende arrumado, irrompe o sonho dos lobos que complica o *plot* tanto da história do sujeito como do tratamento, além da do próprio histórico do caso. De fato, a história da neurose infantil que Freud está montando em torno da sedução “traumática” por parte da irmã fica desarticulada ao ser introduzido esse sonho angustiante. Mas também, podemos supor, o transcurso da análise do Homem dos Lobos se altera por essa irrupção. E não é por acaso que a própria estrutura narrativa do relato é interrompida, redefinida, quebrada a partir do capítulo IV (cf. ESCARS, 1999).¹⁰

Precisamente do ponto de vista da narrativa, produz-se uma mudança importante nesse capítulo. Freud é um hábil narrador, conduz muito bem sua relação com o interlocutor. Em alguns momentos, por exemplo, leva o leitor a se identificar com o narrador (usa o “nós” para se referir a ele e ao leitor),¹¹ enquanto em outras ocasiões o leitor se depara com uma aliança gramatical entre o analista e o paciente.¹² Mas de repente esse “nós” se modifica e Freud declara com solenidade: “Neste ponto *sinto* a necessidade de abandonar o apoio que tive na trajetória da análise. *Temo* que seja também o lugar em que o crédito dos leitores me abandonará” (FREUD, 1918/1976-79, p. 36, grifos nossos). Fala na primeira pessoa, dirigindo-se diretamente ao leitor e comprometendo-o: que continuem lendo só aqueles “que se atreverem a me seguir”. Deixa de fazer o papel de narrador e se transforma em protagonista do romance, num personagem que apela ao leitor, desafiando-o a segui-lo, se tiver coragem, no caminho que pretende empreender. Sabemos qual é o caminho nesse texto: a postulação da cena primordial como momento real, traumático. Destaca-se que, no relato, Freud deixa de ser o detetive que tenta encaixar os sintomas em alguma grade e se apresenta como *aquele que avançará para além do razoável*.

Donald Kartiganer sugere que Freud se situa na posição desafiante daquele que descarta as hipóteses mais agradáveis e toleráveis com o objetivo de alcançar o que aparece como uma verdade perturbadora e intolerável. Isto é, que situa a si mesmo

¹⁰ Nesse sentido, podemos nos perguntar se o histórico de caso não transmitiria algo da psicanálise em sua própria estrutura, quer dizer, se não seria possível pensar que certo isomorfismo entre essa estrutura e a da análise estaria ligado à sua possibilidade de transmissão.

¹¹ Por exemplo: “Agora deixemos de lado tudo aquilo adiantado nesse ensaio sobre a valorização do sonho e passemos à sua interpretação mais imediata” (FREUD, 1918/1976-79, p. 32, grifos nossos).

¹² Por exemplo, na mesma página: “No tratamento, voltamos muitas vezes a esse sonho [...]”.

como uma espécie de *herói romântico*, de personagem valente, erigindo-se como o único que não retrocede face ao desafio (e marcando assim claramente sua diferença em relação àqueles que cedem, cujos nomes ele explicita: Alfred Adler e Carl Jung). E a partir daí, continua Kartiganer, compele o leitor a tomar uma posição. Ou seja, poderíamos acrescentar, Freud impele seu leitor a não ser esse “leitor imparcial” que as comunicações científicas buscavam e para os quais aqueles que pretendiam um relato minucioso e completo apelavam.

Posição fantasmática de Freud, argumentariam alguns. Pode ser. Mas também quem sabe trate-se do modo que Freud encontrou para não ceder à comodidade da narrativa, à ficcionalização da análise, à redução da clínica a uma combinação de significantes de um modo “contínuo, coerente e significativo”. O autor da narração aparece não só em termos daquele que transmite enunciados, mas enquanto sujeito de uma enunciação da qual não é possível desligar a transmissão da psicanálise.

Em outras palavras, para além da estratégia particular, para além do fantasma heróico de Freud, o problema com o qual se depara quanto aos históricos de casos — que é o problema que se apresenta a qualquer analista que tente produzir um texto em que se transmita algo da experiência analítica — é como incluir na narração o que é irreduzível a ela, como abordar esse argumento estruturalmente falho. Ou, dito de outro modo, como dar conta, do interior mesmo da razão — já que Freud nunca renunciou à pretensão de coerência, do relatável —, de algo que por definição escapa. Ele tentou uma maneira. Qual é a nossa?

Recebido em 12/12/2001. Aprovado em 22/1/2002.

BIBLIOGRAFIA

- BROOKS, P. (1984/1992) “Fictions of the Wolf Man”, in *Reading for the plot: design and intention in narrative*, Cambridge, Harvard University Press.
- CARBAJAL, E. (1989) “La experiencia analítica”, in *Conjetural*, 18, Buenos Aires, Sitio, p.103-119.
- . (1996) “La construcción del historial y la experiencia analítica”, in *Conjetural*, 32, Buenos Aires, Sitio, p. 27-39.
- COHN, D. (1992) “Freud’s case histories and the question of fictionality”, in *Telling facts: history and narration in psychoanalysis*, SMITH, J. e MORRIS, H. (orgs.), Baltimore e Londres, Johns Hopkins University Press, p. 21-47.
- DE CERTEAU, M. (1995) *Historia y psicoanálisis*, tradução de Alfonso Mendiola, México, Universidad Iberoamericana.

- ESCARS, C. (1999) "O tempo na história de uma neurose infantil", in *Ágora*, II, 2, Rio de Janeiro, Contracapa, jul-dez, p. 95-105.
- FREUD, S. (1976-79) *Obras completas*, tradução de José L. Etcheverry, Buenos Aires, Amorrortu.
- (1895) "Señorita Elisabeth von R.", in *Estudios sobre la histeria*, tomo II, p. 151-194.
- (1905) "Fragmento de análisis de un caso de histeria", tomo VII, p. 3-107.
- (1909) "Análisis de la fobia de un niño de cinco años", tomo X, p. 7-118.
- (1918) "De la historia de una neurosis infantil", tomo XVII, p. 1-111.
- _____. (1999) *Gesammelte Werke*, Frankfurt am Main, Fischer Taschenbuch Verlag.
- (1905) "Bruchstück einer Hysterie-Analyse", tomo V, p. 163-286.
- (1909) "Analyse der Phobie eines fünfjährigen Knaben", tomo VII, p. 243-377.
- (1918) "Aus der Geschichte einer infantilen Neurose", tomo XII, p. 29-157.
- GINZBURG, C. (1979/1994) "Indicios. Raíces de un paradigma de inferencias indiciales", in *Mitos, emblemas, indicios*, tradução de Carlos Catropi, Barcelona, Gedisa, p. 138-175.
- HILLMAN, J. (1975) "The fiction of case history: a round", in *Religion as story*, WIGGINS, J. (comp.), Nova York, Harper and Row, p. 123-173.
- KARTIGANER, D. (1985) "Freud's reading process: The divided protagonist narrative and the case of the Wolf-man", in *The psychoanalytic study of literature*, REEPEN, J.Y CHARNEY, M. (comps.), Hillsdale, Nova Jérsei, Analytic Press, p. 3-36.
- KLEIN, M. (1961/1990) "Relato del psicoanálisis de un niño", tradução de Isabel Luzurriaga de Lamana, *Obras completas*, 4, Buenos Aires, Paidós.
- LACAN, J. (1964/1966) "La science et la vérité", in *Écrits*, Paris, Du Seuil, p. 855-877.
- SPENCE, D. (1982) *Narrative truth and historical truth: Meaning and interpretation in psychoanalysis*, Nova York, Norton & Company.

Carlos J. Escars
cescars@clubhp.com.ar